



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS

**ATA DA XII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DA
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS**

Às 14h38min do dia 12 de agosto de 2009 deu-se início a XI Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Tamoios, na Sede Administrativa da ESEC, situada na BR 101, km 531,5, Mambucaba/Paraty.

Compareceram à reunião os conselheiros: Almir dos Remédios (Associação de Moradores da Ilha do Araújo); Sylvania de Souza Chada e Régis Pinto de Lima (ESEC Tamoios); Capitão Tenente Toledo (Capitania dos Portos/Angra dos Reis); Stainer Peixoto Braga (IACV); Gil (Diretor de Pesca, Secretária de Paraty); Roberto Villaça (UFF); Eduardo Godói (APA Cairuçu) e Lúcia Guirra (FIPERJ).

Também estavam presentes os convidados: Adriana Nascimento Gomes (ESEC Tamoios); Bruna Ugulino (IACV); Fernando Amorim (Procurador do Ministério Público Federal-Angra dos Reis, RJ); Edilson (Agente Fiscal de Pesca de Paraty); Maria Tereza (Professora da Biologia da UFRJ) e Sílvia Peixoto (ESEC Tamoios).

Justificaram ausência: Júlio Avelar, PMAR/Secretaria de Pesca, UERJ e SAPE.

Não justificaram a ausência: IPHAN/Paraty; PMAR- Secretaria de Pesca; Associação de Moradores da Vila Histórica de Mambucaba; ATCV; ATSCV; SEBRAE; Assoc. Moradores da Prainha e Assoc. Moradores de Tarituba.

A reunião foi iniciada pela chefe da ESEC Tamoios, Sylvania Chada, com a apresentação da pauta da presente reunião que consistiu em: Apresentações; Explicação sobre o processo de licenciamento de Angra 3 pelo Procurador do Ministério Público Federal; Apresentação do Banco de Dados com Informações Ambientais sobre a Baía da Ilha Grande; Informes Gerais e Encaminhamentos finais.

Prosseguiu-se com uma rodada de apresentação dos participantes, que terminou por volta das 14h50min, iniciada por Sylvania (ESEC).

Dando prosseguimento à pauta, o procurador Fernando Amorim primeiramente agradeceu o convite e em seguida fez um breve histórico da existência e atuação do Ministério Público em Angra dos Reis e o interesse da participação do Ministério junto aos órgãos ambientais. Sylvania (ESEC) pediu licença ao procurador e informou sobre a reunião que ela e a Analista Ambiental Adriana (ESEC) tiveram com o Serviço do Patrimônio da União onde foi feita a solicitação de vista para todos os processos envolvendo as ilhas da ESEC. O Serviço do Patrimônio informou que algumas ilhas já estão regularizadas, mas não repassadas para o ICMBio. Stainer (IACV) perguntou sobre a hipótese de levantar esses processos pelo terminal do SPU na internet. Em resposta a Analista Ambiental Adriana (ESEC) informou que não. Sylvania (ESEC) complementou dizendo que a situação do SPU parece ser mais precária que a da ESEC e este não parece ter um serviço informatizado. O procurador falou sobre pedir junto ao SPU o agendamento de uma reunião para visualização dos processos envolvendo as ilhas da ESEC. Continuou explicando sobre a situação das ilhas ocupadas e dentro destas há duas situações distintas: uma primeira vertente envolve as ilhas ocupadas anteriormente a existência da ESEC e nesse caso a questão de indenização depende de vontade política da União e uma segunda vertente que envolve as ilhas que sofreram um processo de ocupação posterior a existência da UC. Sylvania (ESEC) levantou a questão de Angra 3 que vem sendo abordada no Conselho da Estação, e de que forma é possível garantir o controle social do cumprimento das medidas mitigadoras e compensatórias por que essa questão fica a cargo do órgão licenciador, IBAMA, e do Ministério Público, porém após a concessão do licenciamento da obra está a questão sobre o controle da verba, fica sem um órgão claro que faça esse papel de acompanhar e

fiscalizar a destinação desta. O Procurador Fernando Amorim respondeu que a rigor quem faz esse processo de acompanhamento é o IBAMA, e o MPF direciona a este órgão apenas questionamentos se o cumprimento das medidas está sendo feito ou não. Sylvia (ESEC) falou sobre as Audiências Públicas de acompanhamento e prestações de contas e este ser um mecanismo que auxiliasse nessa questão. Almir (Associação de Moradores da Ilha do Araújo) perguntou se a ELETRONUCLEAR pode denominar para cada prefeitura como e aonde gastar o dinheiro destinados à elas. Em resposta o Procurador disse que até onde ele sabe o papel do IBAMA é de fiscalizar toda a destinação da verba e quando chega ao MPF alguma denuncia sobre ações envolvendo suspeita de desvios de verbas este toma conhecimento e atua na questão.

Stainer (IACV) acrescentou que antigamente a ELETRONUCLEAR mantinha a política de fazer um convênio direto com as prefeituras e estas eram responsáveis sobre a decisão da destinação da verba e também evitava fazer contratos com instituições isoladas.

Sylvia (ESEC) disse imaginar uma instância formal para o controle e conhecimento do destino das verbas advindo da ELETRONUCLEAR, além das prefeituras, em que o Ministério Público pudesse contribuir em sua construção. O Procurador dessa forma propôs a realização de uma reunião com os representantes da ELETRONUCLEAR para conversar sobre essa questão. Sylvia (ESEC) pediu ajuda ao MPF quanto a questão de Angra 3 e o fato da verba a ser destinada a ESEC não estar definida. Informou que, de acordo com as informações que dispõe até o momento, os valores de compensações de Angra 3 não estão fechados e estes serão resolvidos entre ICMBIO, ELETRONUCLEAR e IBAMA. O Procurador ficou responsável por marcar uma reunião com os representantes da ELETRONUCLEAR e chamar todos os representantes das UC's da região e prefeituras para debatermos o assunto pertinente a destinação das verbas compensatórias e mitigadoras na sede da ESEC. Adriana (ESEC) sugeriu que após a apresentação do Thiago poderia ser feita uma rápida apresentação da prestação de contas da ESEC Tamoios quanto à verba concedida pela ELETRONUCLEAR.

Sylvia (ESEC) colocou em discussão a questão da Prainha de Mambucaba e sua ocupação irregular e perguntou ao Procurador de que forma a ESEC poderia ter uma ação mais participativa nos processos que envolvem o local. O Procurador em resposta colocou que na Prainha tem o problema ambiental em conjunto com um problema concessório, em que há a empresa *Kalas* que seria a dona das terras aonde se encontra a Prainha. Atualmente essa questão da Prainha virou uma espécie de tabu dentro do MPF, onde há uma grande quantidade de processos parados, e é preciso repensar um plano de ação para essa área. Sylvia (ESEC) comentou que deveria ter uma participação maior da prefeitura de Paraty naquela região. Eduardo (APA Cairuçu) mencionou sobre as reuniões que a APA teve com representantes da empresa *Ampla* e estes disseram estarem reformulando seus procedimentos para não ligarem sistemas elétricos nessas áreas irregulares, e um dos representantes manifestou interesse a APA Cairuçu de que a empresa deveria procurar rever essa questão nesta área específica, pois há ações judiciais que os obrigam a ligar a energia nesta área irregular. Complementando esse assunto, Sylvia colocou que um principal motivo para a pertinência desses problemas na área da Prainha seria a questão fundiária não resolvida, junto à falta de vontade política. Edilson (Sec. de Pesca Paraty) disse que o secretário do meio ambiente de Paraty se pronunciou a respeito de algumas ações a serem feitas na área. O Procurador salientou que é preciso voltar a atuar nos processos da área. Edilson (Sec. de Pesca Paraty) falou sobre o fato de também já estarem vendendo escrituras de imóveis na área. Sylvia (ESEC) adicionou que a Prainha é área de amortecimento da ESEC e é um mal estar essa situação para os órgãos públicos em geral. Almir (Associação de Moradores da Ilha do Araújo) comentou sobre essa questão poder ser revista sob as ações previstas para a área, contidas no plano diretor de Paraty. Edilson (Sec. De Pesca Paraty) disse que segundo o plano diretor de Paraty, a área da Prainha é tida como área de expansão turística, mas o que não quer dizer que podem ser feitas construções em áreas de APP, que ocorre na área. O Procurador deu como exemplo para uma possível solução o caso de sucesso em Trindade, porém algum órgão público deve assumir a responsabilidade de fiscalizar permanentemente a área. Segundo Eduardo (APA Cairuçu) investir num fator limitante para o crescimento das construções irregulares no local seria uma opção, por exemplo, limitar o fornecimento de energia. Outra solução para o caso Prainha partiu de Sylvia (ESEC), ela colocou que a realização de um estudo resultando em

um mapeamento das áreas ainda preservadas e um levantamento das construções, poderia ser um passo para buscar congelar a ocupação da área, porém seria preciso negociar com moradores das áreas. Para Lúcia (FIPERJ) um órgão importante nesse processo de mapeamento seria o ITERJ.

Dando prosseguimento Sylvia, informou que recebeu um ofício do secretário de pesca de Paraty e o pedido deste para a leitura na presente reunião. No ofício, o secretário falava sobre o pedido de sinalização do espelho d'água na área da ESEC para que os pescadores tenham visualização das áreas e não infrinjam a legislação. Edilson (Sec. de Pesca Paraty) falou sobre o pedido de Secretário, para se pronunciar por ele a respeito de sua própria experiência (secretário) como pescador artesanal e sobre a atuação dos órgãos de fiscalização nas atividades dos pescadores artesanais.

Stainer (IACV) falou sobre uma reunião que teve na SEAP e um dos assuntos, foi a demanda surgida com a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura numa grande corrida de pedidos para abertura de licenciamentos de espelhos d'água, fato esse que pode vir a corroborar com os interesses da ESEC, com a possibilidade dessas fazendas marinhas ao se instalarem no entorno das áreas de proteção da ESEC, atuarem como apoio na questão da fiscalização destas. Sylvia (ESEC) falou que um trabalho a ser feito é identificar algumas áreas propícias ao desenvolvimento dessa atividade.

Regis (ESEC) apresentou os informes dos analistas dos últimos 15 meses, nesse ponto foram apresentados dentre outros a distribuição da verba advinda da compensação durante esses 15 meses, os recursos adquiridos em Brasília e o ranking de atividades humanas por ilha a ser fechado até o fim desse ano.

Adriana (ESEC) falou sobre o projeto patrocinado pela Fundação SOS Mata Atlântica, referente a montagem de banco de dados de pesquisa na ESEC Tamoios e o apoio dos parceiros na elaboração deste, sob coordenação da ONG SAPE. O projeto foi apresentado pelo técnico Tiago Bisquolo. Em sua apresentação Tiago falou sobre o sistema de informações georreferenciadas, nos diversos tipos de publicações já existentes sobre a área da Ilha Grande, o cadastro dos usuários e como as informações serão disponibilizadas a todos. Exemplificou o funcionamento do site e como cadastrar informações nele, esta sendo feita apenas pelos usuários devidamente cadastrados. Neste contexto, explicou que a autenticação dos usuários cadastrados funciona como um controle para cadastros de trabalhos e informações. Mostrou ainda as diversas formas de realizar pesquisas no banco de dados. Quanto aos informes: A próxima reunião da Câmara Técnica de Pesca será no dia 27 de agosto às 14 horas.

Encaminhamentos: Próxima reunião do conselho no terceiro mês após esta presente reunião, em 11 de novembro.

A reunião foi encerrada às 17 horas. Assina esta ata, eu, Bruna Roque Ugulino de Oliveira e os demais presentes.

Bruna Roque Ugulino de Oliveira (Secretaria Executiva/IACV)

Capitão de Tenente Toledo (Del. Capitania de Portos e Costas de Angra dos Reis)

Sylvia de Souza Chada (ESEC Tamoios)

Almir dos Remédios (Associação de Moradores da Ilha do Araújo)

Roberto Villaça (UFF)
Régis Pinto de Lima (ESEC Tamoios)
Lúcia Guirra(FIPERJ)
Stainer Peixoto (Bioma BEMAR/IACV)
Eduardo Godói (APA Cairuçu)